

# A COMUNICAÇÃO SINDICAL FRENTE À OFENSIVA NEOLIBERAL

Marcelo Dornelis CARVALHAL<sup>1</sup>

Antonio THOMAZ JÚNIOR<sup>2</sup>

**Resumo:** A Comunicação sindical como parte integrante do conjunto das formações teóricas e política dos sindicatos, explicita o nível de articulação entre os dirigentes e os trabalhadores da base, funcionando como importante instrumento de análise da transformação da diferencialidade intrínseca do trabalho.

**Palavras-Chave:** sindicato, comunicação sindical, territorialização, neoliberalismo, centrais sindicais

## 1 INTRODUÇÃO

Inicialmente gostaríamos de ponderar, neste ensaio, questões referenciadas à reestruturação produtiva e associada à ofensiva no plano político ideológico, do ideário neoliberal, cujo rebatimento no mundo do trabalho é o cerne da "crise dos sindicatos", aqui buscando discutí-la concomitantemente à estrutura sindical brasileira<sup>3</sup>, no que se refere de forma direta...

<sup>1</sup> Estudante do 4º ano do Curso de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, bolsista de Iniciação Científica junto ao CNPq/PIBIC, com o Projeto de Pesquisa: "Contribuição para a 'Leitura' Geográfica do Movimento Sindical em Presidente Prudente (SP), a partir da Imprensa Sindical", sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior. Endereço para Correspondência: E-Mail [ceмосi@prudente.unesp.br](mailto:ceмосi@prudente.unesp.br)

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Geografia, FCT/UNESP/Presidente Prudente; Coordenador do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical "Florestan Fernandes"/FCT/UNESP e, Coordenador do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Endereço para Correspondência: Departamento de Geografia; FCT/UNESP/Presidente Prudente; Caixa Postal: 957 - CEP. 19060-900. Tel. (018) 221-8388 - FAX (018) 223-2227. E-Mail: [atjgeo@prudente.unesp.br](mailto:atjgeo@prudente.unesp.br)

<sup>3</sup> Esta discussão foi apresentada, inicialmente, no relatório parcial de pesquisa (PIBIC/CNPq), encaminhado em Janeiro de 1997, às páginas 6 e 7.

A dinâmica dessa “crise” inscreve-se mais diretamente no processo de consolidação das Centrais Sindicais e a conseqüente incorporação desta dinâmica no enfrentamento político-ideológico do movimento sindical, no qual, cada vez mais as Centrais Sindicais se destacam, na tentativa de hegemonizarem-se sobre os sindicatos.

Portanto, referenciam-se a este embate no movimento sindical, fundamentos teóricos e ideológicos que se consubstanciam em materialidades diferenciadas, cujas expressões exemplificam-se em práticas sindicais coerentes com estas fundamentações, das quais cabem destacar a existência, ou não, de diversas políticas de comunicação sindical.

Dessa forma, a comunicação sindical, enquanto referencial teórico que busca explicitar os mecanismos de inter-relação entre receptor e emissor de informações, no caso vinculadas aos sindicatos, situa-se no campo mais amplo das relações entre o dirigente sindical e os trabalhadores da base.

Os liames definidores dessa relação explicitam-se na verificação da imprensa sindical enquanto processo interativo ou mera transmissora de mensagens, advindo desta problemática a necessidade de buscarmos a apreensão nos trabalhadores da base, do que lhes foi “enviado” e qual o retorno de suas demandas para o dirigente sindical. A explicitação desta dinâmica ou a territorialidade dos conflitos capital x trabalho sobrepõem-se pois, às relações que o trabalho mantém entre si, advindo da composição diferencial daí desdobrando, a complexidade das posturas dos atores envolvidos e, em consequência, a expressão espacial das contradições<sup>4</sup>.

## 2 O PAPEL DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A OFENSIVA NEOLIBERAL NA CRISE DOS SINDICATOS: A COMUNICAÇÃO POR UM TRIZ.

A reestruturação produtiva enquanto elemento primordial das novas formas de gestão do trabalho tem sido alardeada por todos os cantos como a grande transformação da sociedade mundial neste final de milênio, com conseqüências funestas e arrebadoras para o mundo do trabalho e seus órgãos de representação, estando, portanto, no cerne da atual crise dos sindicatos.

<sup>4</sup> Mais detalhes, ver: THOMAZ Jr., A. *Por Trás dos Canaviais, os (Nós) da Cana. (Uma Contribuição ao Entendimento da Relação Capital x Trabalho e do Movimento Sindical dos Trabalhadores na Agroindústria Canavieira Paulista)*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

No entanto, se atentarmos para a tecnologia enquanto relação social, é possível vislumbrarmos as determinantes do processo de inovação tecnológica, nas relações próprias do modo de produção capitalista, ou seja, a inovação subordina-se à lógica da concorrência sendo impulsionada pela exploração com o objetivo de elevar a taxa de mais-valia e o controle do processo de trabalho pelo capital.

Ignorar esses aspectos significa subverter a própria racionalidade capitalista e identificar tecnologia com Capital. No entanto, ao assumirmos posição contrária significa concordar com a assertiva de KATZ, ao dizer que: “... a existência do Capital não é uma condição indispensável para o progresso tecnológico por uma simples razão: a valorização e a inovação conformam processos completamente distintos.”<sup>5</sup> A inovação, portanto, estando vinculada às melhorias técnicas do processo de trabalho e o capital uma relação social baseada na acumulação de mais-valia.

Como lembrado por COGGIOLA “Considerar as novas tecnologias como determinantes, independentes do desenvolvimento (e da mudança) histórico-social, significa render-se diante da mais velha e abstrata mistificação ideológica do modo de produção capitalista, o ‘fetichismo do Capital’”<sup>6</sup>, onde todo trabalho aparece para o operário como tendo sido realizado pelo Capital, levando-nos a considerar o atual período como um período de máxima criatividade do capitalismo, não como um período de intensificação da superexploração da classe operária, como exemplificadas pelo aumento da precarização das relações de trabalho, exploração da mão-de-obra infantil e morte por estafa etc.

A esse respeito, BRAGA sinaliza algumas preocupações, tal como a adoção do economicismo como um traço permanente nas discussões sobre as transformações atuais, sem que se considere “... a ideologia do progresso técnico, isto é, a crença em que o desenvolvimento autônomo (portanto, não subordinado à complexa vigência das múltiplas contradições do real) das forças produtivas encerre as potencialidades últimas de resolução das crises e impasses históricos gestados pelo movimento das estruturas do Capital”<sup>7</sup>. O autor se põe, então, a rebater as teses que se ocupam da crise da sociedade do trabalho, na qual a classe operária e juntamente

<sup>5</sup> KATZ, Claudio. O enfoque marxista da mudança tecnológica. In: KATZ, C. e COGGIOLA, O. *Neoliberalismo ou crise do Capital?* São Paulo: Xamã, 1995, p. 13.

<sup>6</sup> COGGIOLA, Osvaldo. “Crise, novas tecnologias e classe operária” In: KATZ, C. e COGGIOLA, O. *Neoliberalismo ou crise do Capital?* São Paulo: Xamã, 1995, p. 121.

<sup>7</sup> BRAGA, Ruy. Da ideologia do progresso técnico à crise da sociedade do trabalho. In: DIAS, E.F. e outros. *A ofensiva neoliberal: reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília: Sindicato dos Eletricitários de Brasília, 1996, p. 55.

o próprio conceito de trabalho, estariam sendo questionados por tendências que dizem respeito às transformações na esfera do trabalho.

Através do exposto é possível verificarmos que muito do que convencionou-se chamar de crise nos sindicatos, situa-se na órbita da crise de acumulação do modo de produção capitalista, cuja consubstanciação em termos práticos coaduna-se com a elaboração teórica do neoliberalismo, já que desloca do plano da luta de classes, para a crise do regime de acumulação. Se assim fosse, bastaria substituir o modelo fordista por um novo modelo - toyotismo, modelo sueco, etc. - e decretar o fim da sociedade do trabalho, no melhor estilo Fukuyama. De todo modo, põe-se em questão, uma leitura crítica do processo vivenciado pelo capital na condição histórica de diminuição constante da taxa de lucro.

Assim sendo, só é possível compreendermos a atual "crise nos sindicatos", se nos desvencilharmos do terreno estreito do econômico, avançando para a necessária compreensão do papel exercido pela ofensiva burguesa sobre o movimento organizado dos trabalhadores, assumindo nuances político-ideológicas, atingindo sua subjetividade, mas também com a intervenção direta nas condições materiais de existência do trabalhador. Obviamente que esta ofensiva encontrou no seio da classe trabalhadora e do movimento sindical, campo fértil para propagação, através da aceitação dos ditames neoliberais, promovendo a expansão dessa ideologia para outros setores do movimento sindical (são os exemplos das CGT's, da Força Sindical, da recente Central Social Democrata), e aproveitando-se das hesitações e lacunas teóricas existentes nos setores mais combativos do sindicalismo brasileiro.

Quando nos colocamos a estudar o neoliberalismo, é necessário deixar claro que se trata de um ideologia política e não apresenta substancialmente, em termos conceituais, nada de novo, "...*Trata-se de uma velha ideologia que desempenha uma função política nova e, em parte, paradoxal: a de exaltar o mercado em benefício dos monopólios e contra os direitos sociais.*"<sup>8</sup>, portanto até mesmo o prefixo "neo" está vinculado às determinações ideológicas para apresentar a exploração capitalista com uma nova roupagem.

É importante destacar que a ideologia neoliberal tem-se constituído, com eficiência, em instrumento de unificação da burguesia, no Brasil, destacadamente com a eleição de Collor, em 1989, que a despeito das divergências internas do bloco no poder que levaram à destituição do presidente responsável pela implantação

<sup>8</sup> BOITO Jr., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Crítica Marxista*. São Paulo, v.1, n. 3, 1996, p. 80.

definitiva da pauta neoliberal no país, reconstituíram-se as frações desse bloco, acrescidas agora pela direitização em todo espectro político dos partidos nacionalmente expressivos, casos do PSDB (aliado ao PFL) e do PT, que teve esvaziado seu papel na resistência à ofensiva neoliberal em decorrência dos equívocos teóricos cometidos, principalmente pela corrente hegemônica (articulação) na condução política do partido.

Essa nova hegemonização ideológica no Brasil apresenta características que permitem a BOITO Jr. qualificá-la como regressiva "*na medida em que implica, numa inversão que tem intrigado a intelectualidade crítica, sacrifício das classes populares em proveito das classes e frações que integram o bloco no poder*"<sup>9</sup>.

Existe também uma aceitação por parte das classes populares de alguns aspectos da ideologia neoliberal, que permitem o enraizamento destas propostas, extremamente lesivas à classe trabalhadora como, por exemplo o antiestatismo apresentado em embalagem popular e a desigualdade entre os trabalhadores veiculadas através do nivelamento por baixo, apresentando os direitos sociais como privilégios, da mesma forma que se anuncia para a previdência social.

Essas desigualdades existiam antes da ofensiva neoliberal, foi a conjuntura dos anos 90 que lhes conferiu uma função política nova, jogando setores da classe trabalhadora contra si mesmos.

A despeito das transformações ocorridas no movimento sindical durante a década de 80, não se logrou a superação da estrutura sindical oficial e, por conseguinte, a constatação de que o peleguismo que graça com vitalidade no meio sindical não passa de uma obviedade, já que até mesmo os setores mais combativos do movimento sindical, enraizados no "novo sindicalismo", que se expressam primordialmente na Central Única dos Trabalhadores (CUT), não transformaram a luta reivindicativa do plano econômico, numa luta pela unidade e autonomia operária.

Porém, por todos os avanços alcançados, tanto organizativos, os enfrentamentos com o capital e os órgãos de repressão, as greves gerais etc, faz-se necessário asseverar que esses setores do sindicalismo brasileiro mantiveram-se, hegemonicamente, nas raízes da luta dentro da ordem e não contra a ordem, ou seja, por dentro do regramento jurídico-sindical imposto pelo Estado, porém aceito pelo movimento sindical<sup>10</sup>.

Esta constatação se revela de particular importância quando vislumbramos a partir do início da década de 90, o nascimento de uma central sindical

<sup>9</sup> *Id. ibid.*, p. 81.

<sup>10</sup> Mais detalhes, ver: THOMAZ Jr., A., 1996, *op. cit.* (capítulo 4).

(a Força Sindical) voltada à defesa explícita do neoliberalismo no Brasil, significando o reativamento "oficial" do peleguismo, em bases mais organizadas e mais ativas, no sentido de tecer a hegemonia neoliberal no seio da classe trabalhadora.

Temos, então, atualmente o enfrentamento de uma central pelega com uma central combativa no plano reivindicativo, que se articulam na esfera ideológica no embate ao neoliberalismo, porém com a resistência, ainda, bastante difusa e ineficiente da esquerda sindical brasileira. Essa disputa, longe de se situar unicamente nas cúpulas das centrais, enraizam-se nos sindicatos, onde muitas vezes acabam prevalecendo as disputas pelo poder e não propriamente uma disputa fundamentada no engajamento ideológico dos sindicalistas, permanecendo os trabalhadores da base alheios aos embates encarniçados das cúpulas dirigentes.

Apesar das semelhanças entre essas duas Centrais, é possível destacarmos as diferenças enquanto elementos definidores de práticas sindicais que se expressam territorialmente nas lutas<sup>11</sup>, no desigual nível de articulação com o movimento operário e diferenças no tocante às políticas de comunicação.

Justifica-se, dessa forma, contextualizarmos o surgimento e consolidação das centrais sindicais em face de sua participação crescentemente mais ativa no cenário político nacional, principalmente tendo em vista o processo de hegemonização neoliberal em curso no Brasil<sup>12</sup>.

Se no início da década de 80 a pressão do movimento popular fez sentir-se no plano de ação da recém-criada Central Única dos Trabalhadores (CUT), com um programa de ataque, no final da década em face de novas conjunturas necessitou-se a elaboração de uma tática defensiva. Nesse processo de revisão de táticas, a corrente Articulação Sindical (Artisind) implantou uma nova estratégia sindical que faz importantes concessões à ideologia e política neoliberal.

Com a chegada de Collor ao poder e com ele o neoliberalismo, fez-se necessário um recuo tático do movimento sindical, conforme observa BOITO Jr.: "E nesse recuo o sindicalismo deveria procurar ampliar suas alianças, explorando as contradições que viessem a surgir no seio das classes dominantes"<sup>13</sup>. Ao contrário, a corrente hegemônica na CUT, a Articulação Sindical, passou a defender o sindicalismo propositivo, com conseqüências funestas para todo o movimento sindical.

<sup>11</sup> Mais detalhes, ver: THOMAZ Jr., A. A Presença das Centrais Sindicais na Agroindústria. *Debate Sindical*. São Paulo, ano 10, n. 24, p.46-51, fev./mar./abr. 1997.

<sup>12</sup> Mais detalhes, ver: COSTA, S. *Tendências e Centrais Sindicais. O movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi e Ed. Da Universidade Católica de Goiás, 1995.

<sup>13</sup> BOITO Jr., A. 1996, *op. cit.*, p. 91.

Essa nova postura viria a consolidar-se nas câmaras setoriais, exemplos concretos do neocorporativismo legitimador da ideologia e política neoliberal, afastando qualquer possibilidade de unificação orgânica das diversas categorias de trabalhadores<sup>14</sup>. Nessa lógica corporativa, "...cada sindicato é levado a propor soluções para o problema do 'seu' setor e essas soluções, em pontos fundamentais colidem com os interesses e propostas dos sindicatos de trabalhadores de outros setores"<sup>15</sup>. Isso significa a unificação das metas das empresas às metas dos trabalhadores, cabendo aos sindicatos o papel de reivindicar menos para não prejudicar a competitividade das empresas, melhor do que acabar com os sindicatos é transformá-los em escolas de neoliberalismo<sup>16</sup>.

O neoliberalismo e os sindicatos são contraditórios, "contudo é através do sindicalismo neocorporativo que o neoliberalismo logra manter a ação reivindicativa dos trabalhadores dentro de limites compatíveis com a hegemonia neoliberal"<sup>17</sup>.

Chegamos ao ponto em que necessariamente temos de realizar a articulação entre o papel desempenhado pela estrutura sindical oficial, ao obstaculizar os avanços do movimento operário, com a ofensiva desencadeada pelo capital internacional contra os sindicatos, capitaneada pelo próprio governo brasileiro. Só a partir do entendimento do atrelamento inequívoco dos sindicatos aos aparelhos de Estado<sup>18</sup>, é que se torna possível vislumbrarmos a facilidade e rapidez com que saindo de uma posição bastante favorável - para os movimentos sociais de uma forma geral - e quase conquistando a presidência da república em 1989, assistimos ao processo de fragilização do movimento operário e mais especificamente do "novo sindicalismo" na década de 90.

Conforme já exposto o movimento sindical combativo não logrou, ou não buscou, superar o atrelamento dos sindicatos aos aparelhos de Estado. Isto é, em parte decorrente da fragilidade das posições acerca da autonomia do movimento sindical e da acomodação dos líderes sindicais à ordem vigente.

<sup>14</sup> Mais detalhes, ver: THOMAZ Jr., A. Câmara Setorial Paulista Sucre-alcooleira. *Quinzena*. São Paulo, n.252, 15 de jun. 1997; n. 253, 30 de jun. 1997.

<sup>15</sup> BOITO Jr., A. *op. cit.* p. 97.

<sup>16</sup> Faço referência aqui a Lênin, para quem o objetivo dos sindicatos é justamente funcionarem como escolas de socialismo.

<sup>17</sup> BOITO Jr. *Op. cit.* p. 100.

<sup>18</sup> Para mais detalhes sobre esta questão, ver: BOITO Jr., A. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, São Paulo: Hucitec, 1991.

Um sindicalismo que não dependa do reconhecimento oficial do Estado para manter-se financeiramente, que esteja livre da tarefa assistencialista e do corporativismo imposto pelo Capital (através da legislação trabalhista), obviamente terá maiores condições de desenvolver práticas e concepções que atuem em contraposição à hegemonia delineada pelo Capital para o conjunto da sociedade.

É justamente o oposto o que ocorre no sindicalismo brasileiro, minando a luta de classes, atuando a estrutura sindical no sentido de desarticular qualquer iniciativa prática de autonomia operária, daí que no processo histórico de constituição da CUT, a posição de manter a luta imediata no plano da conquista de entidades sindicais oficiais, significou o abandono efetivo da luta contra a ordem e o atrelamento desta Central (constituída inicialmente a mercê da estrutura oficial) à lógica de funcionamento das entidades sindicais oficiais<sup>19</sup>.

### 3 A COMUNICAÇÃO SINDICAL FRENTE A OFENSIVA NEOLIBERAL

Os aspectos delineados genericamente para o movimento sindical brasileiro no item anterior refletem-se no modelo de comunicação sindical praticado no Brasil. Por comunicação sindical entendemos as formas e relações de intercambiamento de informações e opiniões entre os trabalhadores da base e a cúpula dirigente sindical, das quais a imprensa sindical é uma das modalidades possíveis. É preciso deixar claro que o intercâmbio não significa igualdade de condições na troca. Ao contrário, pelo exposto, em muitas publicações sobre a Imprensa Sindical, constata-se que esta acaba atuando de forma muito semelhante à grande imprensa, ou seja, trata o trabalhador como consumidor de notícias pura e simplesmente.

Nesse sentido FERREIRA conclui, ao estudar historicamente os papéis desempenhados pela imprensa operária, que: "*Quanto ao modelo de comunicação praticado pela imprensa proletária, conclui-se, de modo provisório, que nas quatro primeiras fases estudadas as vanguardas criaram modelos próprios muito diferenciados daqueles praticados pelas classes hegemônicas, contudo, na fase mais recente - no novo sindicalismo - o modelo desenvolvido assemelha-se sobremaneira ao modelo da 'grande imprensa'*"<sup>20</sup>, o que em outras palavras pode-se dizer semelhante à imprensa burguesa.

<sup>19</sup> Comim realiza alguns apontamentos sobre a estrutura da CUT, onde chega a afirmar que é uma Central "gigante com pés de barro", já que toda a organização e estruturação da CUT está baseada na estrutura sindical oficial com seu sistema de contribuição compulsória.

<sup>20</sup> FERREIRA, M. N. A comunicação sindical frente ao neoliberalismo. In: FERREIRA, M. N. (org.) *O impasse da comunicação sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens*. São Paulo: CEBELA, 1995. p. 34

A imprensa sindical tende, então, a explicitar as contradições e conflitos intrínsecos ao movimento sindical e no dizer de GERALDO "*A compreensão da comunicação sindical passa, portanto, pela compreensão da contradição, do jogo de poder, dos antagonismos presentes no dia-a-dia das ações sindicais, das formas de organização do movimento sindical, de suas vinculações com o Estado*"<sup>21</sup>, portanto o estudo da comunicação sindical prescinde do estudo do próprio movimento sindical, porém estando a ele sempre referenciado, já que o discurso não encobre o fundamento teórico das práticas sindicais.

O mesmo autor mais adiante afirma que: "*A comunicação sindical, estudada enquanto fenômeno indissociável da ação sindical, permite visualizar que o processo de comunicação em todos os seus níveis e a negociação em torno dele é a expressão concreta dos conflitos e das crises vivenciados pelo movimento sindical. Tentar entender a comunicação sem levar em conta as condições de produção do discurso, as forças que interagem implícita e explicitamente na sua produção e as forças ideológicas que sustentam esses discursos, significa refletir apenas sobre a maquiagem das relações sociais*"<sup>22</sup>.

É nesse sentido que procuramos situar a questão da comunicação sindical no bojo da constituição de instrumentos fornecedores de possibilidades à emancipação de classe, enquanto elemento intermediante da práxis sindical e operária, referenciados ao objetivo desta emancipação.

Desta forma, partilhamos da conclusão de GERALDO: "*Somente cumprirá o papel amplo de libertação, de conscientização e de mobilização permanente em torno dos objetivos de classe, portanto, na contramão das idéias de conciliação e despolitização das ações sindicais sintonizadas com o projeto neoliberal, no momento em que foram resgatados pelas lideranças sindicais, enquanto sujeitos ativos, seus interlocutores diretos: os trabalhadores*"<sup>23</sup>.

Ao nos depararmos com o discurso presente na imprensa sindical, é possível apreendermos as matrizes teóricas dos dirigentes sindicais e o rebatimento disso na compreensão territorial, por exemplo, da contradição capital x trabalho. É, então, com os olhos voltados para o enraizamento territorial da compreensão sindical da imprensa sindical que evidenciaremos a "leitura" Geográfica da temática posta.

<sup>21</sup> GERALDO, Sebastião. A globalização da economia e a comunicação sindical. In: FERREIRA, M. N. (org.) *O impasse da comunicação sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens*. São Paulo: CEBELA, 1995. p. 36.

<sup>22</sup> *Id. Ibid.* p. 58.

<sup>23</sup> *Op. cit.*, p. 59.

Faz-se necessário, portanto, buscar a identificação do nível e grau de interlocução com os trabalhadores, na tentativa de apreender o movimento sindicato-trabalhador-sindicato e o rebatimento das demandas dos trabalhadores em termos de prática sindical, além disso, evidenciar o papel formativo da imprensa sindical na construção das demandas específicas.

GIANNOTTI e SANTIAGO em livro recentemente publicado, sem preocuparem-se muito em quantificar todas as informações, baseando suas argumentações na experiência militante de ambos na área da comunicação sindical, trazem alguns elementos que contribuem para a elucidação do panorama geral da imprensa sindical no Brasil, cabendo destacar entre outros aspectos "...a falta de visão do que significa a comunicação na vida de uma entidade de classe"<sup>24</sup>, bastando verificar que a despeito do grande volume de publicações sindicais, elas concentram-se em poucas entidades, ficando a maioria dos sindicatos sem nenhum tipo de publicação, portanto de comunicação direta com suas bases.

Isso significa dispormos de condições para entender o componente territorial do discurso da imprensa sindical, em quais medidas e abrangências nos é possível visualizar o ordenamento territorial da sociedade, visto pela janela da imprensa sindical, que se coloca com olhares específicos à temática capital x trabalho.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação do discurso sindical através de sua imprensa revela a particularidade dos atores envolvidos, consciente ou inconscientemente, no embate capital x trabalho, cuja territorialidade reflete os diversos encaminhamentos da disputa por dentro do movimento sindical.

Tecendo considerações a respeito do enviesamento desse discurso, tendo em vista o enraizamento histórico da formação e consolidação dos sindicatos no Brasil, pode-se dispor de instrumental teórico para apreender as contradições do trabalho, não como absolutamente inerentes à classe trabalhadora, mas sim no somatório de suas hesitações e lacunas conceituais com a investidura ideológica do capital sobre a consciência e organização do operariado.

Sabendo-se que a comunicação sindical é um elemento fundamental na organização e mobilização dos trabalhadores, conhecendo-se em cada sindicato qual

<sup>24</sup> GIANNOTTI, V. e SANTIAGO, C. *Comunicação sindical: falando para milhões*. Petrópolis: Vozes, 1997.

o papel desempenhado por este instrumento, ou mesmo a ausência deste instrumento, permite verificarmos a própria concepção que os dirigentes sindicais têm de si, da categoria que representam e da classe social que "em tese", se inserem.

Obviamente que uma análise que se pautar apenas no discurso dos dirigentes sindicais, não pode ter por objetivo a apreensão de uma totalidade, que se reveste não só da relação discurso-ação, mas também do discurso oficial do sindicato e sua contraparte que é demandada pelos trabalhadores da categoria, ou seja, o discurso deve ser entendido como discurso.